

FL 7076

1984

FL-FL 7076

divisão

CAR-CPATSA-EMATER·BA

**CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA
E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO RURAL**

(Região Nordeste da Bahia)

Evaristo Eduardo de Miranda

José Renato Figueira Cabral

EMATER-BA

Presidente

Manoel de Almeida Passos Filho

Diretor Técnico

José Luini da S. Rêgo

Diretor Administrativo

Walter Rodrigues da Silva

SEPLANTEC

Secretário

Waldeck Vieira Ornelas

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR

Diretor Executivo

Carlos Luiz de Miranda

EMBRAPA, Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido

Chefe do Centro

Renival Alves de Souza

Coordenador do PNP - 027 CPATSA/EMBRAPA

Evaristo Eduardo de Miranda

CAR - CPATSA - EMATER-BA

CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO RURAL
(Região Nordeste da Bahia)

Evaristo Eduardo de Miranda*

José Renato Figueira Cabral**

* Doutor em Ecologia, Pesquisador, EMBRAPA/CPATSA

** Sociólogo da EMATER-BA

Salvador - BA

Janeiro - 1984



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DA BAHIA; EMBRAPA. Centro de Pesquisa Agropecuária do Tópico Semi-Árido, Petrolina-PÉ; COMPANHIA DE AÇÃO REGIONAL, Salvador. Concentração fundiária e ocupação do espaço rural; Região Nordeste da Bahia, por Evaristo Eduardo de Miranda e José Renato Figueira Cabral. Salvador, 1984. 30p.1L.(Série: Pesquisa e Desenvolvimento, 2).

CDU 301.185.2



RELAÇÃO DE FIGURAS

<u>GRÁFICOS</u>	Pag.
01. Curva de Lorenz para o município de Cícero Dantas	16
02. Curva de Lorenz para o município de Cipó .	16
03. Curva de Lorenz para o município de Euclides da Cunha	17
04. Curva de Lorenz para o município de Itapicuru	17
05. Curva de Lorenz para o município de Juazeiro	18
06. Curva de Lorenz para o município de Nova Soure	18
07. Curva de Lorenz para o município de Olin dina	19
08. Curva de Lorenz para o município de Paripiranga	19
09. Curva de Lorenz para o município de Ribeira do Amparo	20
10. Curva de Lorenz para o município de Ribeira do Pombal	20
11. Curva de Lorenz para o município de Tucano	21
12. Curva de Lorenz para o município de Uauá	21

MAPA

Pag.

01. Variação espacial do Índice de GINI	22
---	----

QUADROS

01. Evolução da participação dos pequenos produtores no número de estabelecimentos e área ocupada na região Nordeste da Bahia (12 municípios)	8
02. Idem	9
03. Porcentagem da área dos municípios ocupada por estabelecimentos com menos de 50 ha. ...	11

S U M Á R I O

	Pág.
RELAÇÃO DE FIGURAS	4
1 INTRODUÇÃO	7
2 O PROBLEMA DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS	8
3 A TÉCNICA DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE GINI	12
4 RESULTADOS	14
5 DISCUSSÃO	23
6 CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25
ANEXOS	27

I INTRODUÇÃO

"É inútil pensar-se na situação social do homem rural sem atentar-se para os índices de apropriação da terra. De fato os baixos índices de apropriação se identificam com os baixos níveis da maioria"

(Souza Barros - Aspectos Sociológicos da Vida Rural Brasileira - 1967 - M.A.)

Este trabalho visa estudar a concentração fundiária de doze municípios da região Nordeste da Bahia. O assunto já foi por muitos discutido, analisado e focado sempre de modo qualitativo e geral e nunca de maneira quantitativa a nível local. Os doze municípios aqui estudados constituem o primeiro bloco do conjunto dos 43 do PDRI-NE da Bahia em Convênio entre EMATER-BA - CAR-CPATSA.

A proposta de um estudo situado objetiva apoiar a pesquisa e o planejamento do desenvolvimento rural da área estudada. Os números encontrados através dos índices de GINI, talvez não espantem o leitor, se comparados com a Bahia e com o Brasil, já que estes últimos estão entre os maiores do mundo. Entretanto são números graves, dadas as situações agroecológicas difíceis com relação ao resto do país - zona semi-árida - onde não só a qualidade da terra, mas também a quantidade da mesma, são variáveis que influenciam a produção e produtividade do pequeno agricultor dos sertões baianos. A questão torna-se mais dramática e contraditória, pois se trata de uma região com muita terra, pouca população, muita fome e com altos custos de alimentação.

2 O PROBLEMA DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

A população rural da Bahia, segundo o censo de 1980 era de quase 5.000.000 habitantes, com um total de 640.000 estabelecimentos agrícolas distribuídos em 560.000 km², área total do Estado.

A população total dos doze municípios do PDRI é de cerca de 441.500 habitantes. A população rural é de 302.000 habitantes, constituindo 5% do total da população rural do estado. Essa população está distribuída em 52.695 estabelecimentos agrícolas, que dá uma média de 5,9 pessoas por propriedade, ficando abaixo da média geral do Estado que é 7,6 pessoas por propriedade.

Na área estudada, o público-meta (0-50 ha) é constituído de 45.536 estabelecimentos com uma área total de 307.209 ha, correspondendo a 94,6% do total dos estabelecimentos e a 36,3% da área em estudo (Quadro 1).

Quadro 1. Evolução da participação dos pequenos produtores no número de estabelecimentos e área ocupada na região Nordeste da Bahia (12 municípios).

	1950		1960		1970		1975	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
ESTABELECIMENTO (0-50 ha)	20.539	95,2	33.111	95,7	41.690	95,4	45.536	94,6
ÁREA (ha)	185.838	44,0	287.450	55,4	302.219	43,2	307.209	36,3

O quadro 1 mostra também que o aumento do número de estabelecimentos no conjunto dos municípios não é proporcional ao aumento das suas áreas respectivas.

Em 1950 este estrato de 0-50 ha detinha uma área relativa de 44% enquanto em 1975 baixa para 36,3%. Há um aumento de propriedades e uma diminuição relativa da área ocupada pelos pequenos produtores. Isso se deve a um aumento do número e da área das grandes propriedades, mas não obrigatoriamente em detrimento das pequenas.

Esse panorama se confirma a nível intermunicipal, onde as mudanças ocorridas foram pouco sensíveis (Quadro 2).

Quadro 2. Evolução da participação dos pequenos produtores no número de estabelecimentos e área ocupada na região Nordeste da Bahia (12 municípios).

MUNICÍPIOS	1950		1960		1970		1975	
	% EST.	% ÁREA	% EST.	% ÁREA	% EST.	% ÁREA	% EST.	% ÁREA
C. Dantas	92,2	60,6	94,85	65,5	96,1	59,2	96,6	62,5
Cipó	94,5	63,1	98,0	77,8	98,6	82,3	98,2	77,4
E. da Cunha	96,8	27,9	94,7	49,2	92,4	29,4	93,3	25,6
Itapicuru	93,5	36,7	94,3	47,0	94,8	34,5	92,6	36,3
Juazeiro	94,4	44,2	96,4	73,9	94,6	38,3	90,5	25,7
Nova Soure	91,6	25,5	95,2	2,2	96,4	61,4	95,7	37,9
Olindina	*	*	94,4	39,4	93,7	47,0	92,5	47,0
Paripiranga	94,7	39,7	96,4	48,0	95,9	39,6	95,7	36,4
R. do Amparo	*	*	96,3	63,6	97,6	69,9	95,8	61,4
R. do Pombal	95,6	57,8	95,4	56,8	97,6	65,9	96,3	56,8
Tucano	98,7	71,2	95,8	47,2	93,7	34,8	93,1	36,7
Uauá	88,1	41,8	99,0	88,4	92,8	79,7	94,0	37,6
Média dos doze municípios	94,0	46,8	95,7	55,4	95,3	53,5	94,5	45,1

* Em 1950 estes municípios não existiam como unidade política.

Nos últimos 25 anos (1950 a 1975), os pequenos produtores apresentaram um percentual médio de 94,5% sobre o total dos estabelecimentos. Há pequenas variações para mais nos municípios de Uauá e Euclides da Cunha e para menos nos municípios de Itapicuru, Juazeiro, Nova Soure, Olindina, Ribeira do Amparo e Ribeira do Pombal (Quadro 2). Com relação à área, nota-se um aumento percentual no período de 1950 a 1970 e, a seguir, uma forte diminuição no período de 1970 a 1975, observando-se apenas uma ligeira modificação para mais nos municípios de Cícero Dantas, Itapicuru e Tucano, sem caráter significativo, pois é uma variação média de 2%. Apesar do crescimento da área, nestes três municípios não aumentou o número de estabelecimentos. No conjunto dos 12 municípios, 94,5% dos agricultores estabelecidos detêm somente 45,1% das terras (Quadro 2). Dentro desse contexto, chamam a atenção para maior discrepância, os municípios de Euclides da Cunha e Juazeiro. Os pequenos agricultores possuem 25,6% da área ocupada, enquanto no segundo 25,7%. Os municípios de situação menos grave, se comparados com os anteriores, são Cipó e Cícero Dantas, onde os pequenos agricultores detêm 77,4% e 62,5% das terras ocupadas, respectivamente (Quadro 2).

O público-meta do PDRI representa 94,6% dos estabelecimentos agrícolas e somente 36,3% das áreas ocupadas pela agricultura. Vale então relacionar esse número com a área total dos municípios e não somente com a área ocupada pelos estabelecimentos. Isso permite ter-se uma idéia da disponibilidade de áreas não ainda ocupadas. No caso dos 12 municípios estudados, essa disponibilidade é decrescente da parte mais seca para a mais úmida da região. Impressiona a quase insignificante fração do município de Juazeiro e Uauá, ocupada pelos pequenos produtores. (Quadro 3).

Quadro 3. Porcentagem da área dos municípios ocupada por estabelecimentos com menos de 50 ha.

MUNICÍPIOS	PORCENTAGEM DA ÁREA OCUPADA POR ESTABELECIMENTOS INFERIORES A 50 Ha
Juazeiro	2,7%
Uauá	4,9%
Euclides da Cunha	8,8%
Itapicuru	12,4%
Tucano	15,4%
Paripiranga	29,6%
Cícero Dantas	32,7%
Ribeira do Amparo	34,3%
Cipó	34,9%
Olindina	36,0%
Nova Soure	41,0%
Ribeira do Pombal	48,7%

Diante desses dados apresentados nos quadros 1, 2 e 3, fica patente a necessidade de medir-se com um referencial homogêneo a importância dos fenômenos de concentração fundiária nos doze municípios. Optou-se pela utilização do índice de Gini (HOFFMANN 1979), cujos princípios são apresentados a seguir.

3 A TÉCNICA DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE GINI

Utilizou-se o índice de GINI para o estudo da concentração fundiária na região, considerando a desigualdade entre os estratos de área. Para tanto, calculou-se o índice G para a concentração e GE considerando a desigualdade entre os estratos (TREVISAN 1982). Sua apresentação gráfica é dada pela Curva de Lorenz que ilustra o fenômeno da concentração fundiária através de parâmetros geométricos.

A concentração da terra é analisada através de:

$$GE = 1 - \sum_{h=1}^K (\phi_{h-1} + \phi_h) \cdot \pi_h$$

onde GE é o coeficiente de concentração considerando a desigualdade entre os estratos e π_h é a proporção da população no estrato h. Sendo N a população total, M a área média total, n_j a população no estrato j e M_j a área média do estrato j, ϕ_j é dado por:

$$\phi = \frac{1}{N\mu} E_{nh} \cdot M_h$$

para não subestimar a concentração, Hoffmann (1979) propõe a técnica aqui utilizada, visando incluir na concentração também a desigualdade entre os estratos. Para tanto tem-se:

$$G = GE + \sum_{h=1}^K \pi_h \cdot Y_h \cdot G_h$$

onde G é o coeficiente de concentração considerando a desigualdade entre os estratos e dentro dos estratos; Sendo Y_h , a população da área no estrato h e G_h o índice de GINI referente à desigualdade do h-ésimo estrato.

Para cálculo do Gh tem-se quatro possibilidades:

$$a) \text{ Se } \frac{1}{3} < \frac{Mx-Eh-1}{Eh-Eh-1} < \frac{2}{3} \quad \text{Então } Gh = 2 \left(1 - \frac{Eh-1}{Mx} \right) \left[1 - \frac{(1+3)^2}{15} \right]$$

$$b) \text{ Se } \frac{1}{3} \geq \frac{Mx-Eh-1}{Eh-Eh-1} \quad \text{Então } Gh = \frac{2}{5} \left(1 - \frac{Eh-1}{Mx} \right)$$

$$c) \text{ Se } \frac{Mx-Eh-1}{Eh-Eh-1} \geq \frac{2}{3} \quad \text{Então } Gh = \frac{2}{5} \left(\frac{Eh}{Mx} - 1 \right)$$

para o último estrato

$$\frac{Mx - Eh-1}{Mx + Eh-1}$$

$$Mx + Eh-1$$

Como dados de base, foram utilizados os do IBGE, pois o conceito de estabelecimento agrícola dessa instituição possui maior e melhor significado social para este estudo do que o de imóvel rural utilizado pelo INCRA. O IBGE define por estabelecimento agrícola "todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processasse uma exploração agropecuária sob diversas condições legais (próprias, arrendadas, ocupadas gratuitamente); se uma área confinante de um proprietário for explorada por vários produtores será considerada distintamente como vários estabelecimentos" (IBGE 1979).

4 RESULTADOS OBTIDOS

Os índices apresentados a seguir, G_e e G , indicam respectivamente a concentração fundiária inter e intra-estratos, sendo que G , mostra sobretudo a desigualdade entre os estratos (HOFFMAN 1979). Vale salientar que o valor médio de G para o Brasil é de 0,855 e para a Bahia de 0,814. Nos doze municípios, o valor médio obtido variou ao longo do tempo passando de 0,6516 em 1950 para 0,6729 em 1960, em seguida, a 0,7236 em 1970 atinge em 1975 o valor de 0,7185. Os valores obtidos em cada município são apresentados a seguir:

MUNICÍPIOS	G_e	G
Cícero Dantas	0,6134	0,6005
Cipó	0,4750	0,5669
Euclides da Cunha	0,7888	0,7785
Itapicuru	0,7103	0,6943
Juazeiro	0,7616	0,7325
Nova Soure	0,7457	0,7230
Olindina	0,6102	0,5642
Paripiranga	0,7710	0,7859
Ribeira do Amparo	0,5725	0,526
Ribeira do Pombal	0,6338	0,7988
Tucano	0,6955	0,6702
Uauá	0,7631	0,7597

Ordenando-se por ordem decrescente de desigualdade na concentração fundiária temos:

MUNICÍPIOS	G
Ribeira do Pombal	0,7988
Paripiranga	0,7859
Euclides da Cunha	0,7785
Uauá	0,7597
Juazeiro	0,7325
Nova Soure	0,7230
Itapicuru	0,6943
Tucano	0,6702
Cícero Dantas	0,6005
Cipó	0,5669
Olindina	0,5642
Ribeira do Amparo	0,5260

A expressão gráfica do fenômeno da concentração fundiária em cada município pode ser visualizada nas figuras de 1 a 12, para o total de estabelecimentos existentes. A repartição espacial do índice de GINI é ilustrada pelo mapa 1.

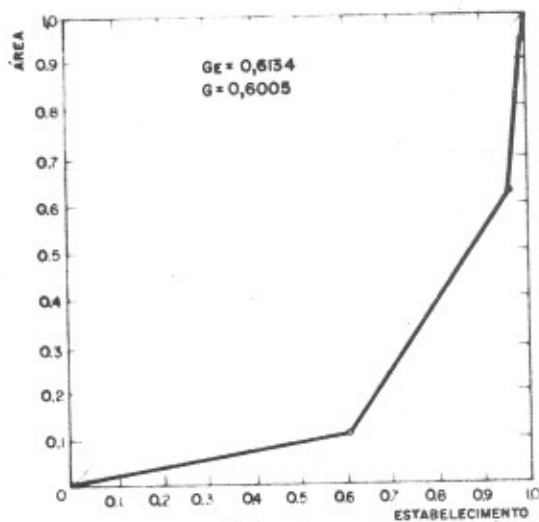


FIG. 1. Curva de Lorenz para o município de CÍCERO DANTAS 1975

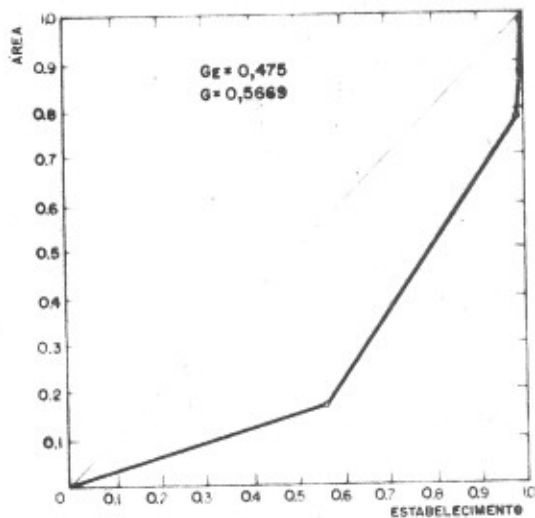


FIG. 2. Curva de Lorenz para o município de CIPÓ 1975

DESENHO: PAULO PEREIRA

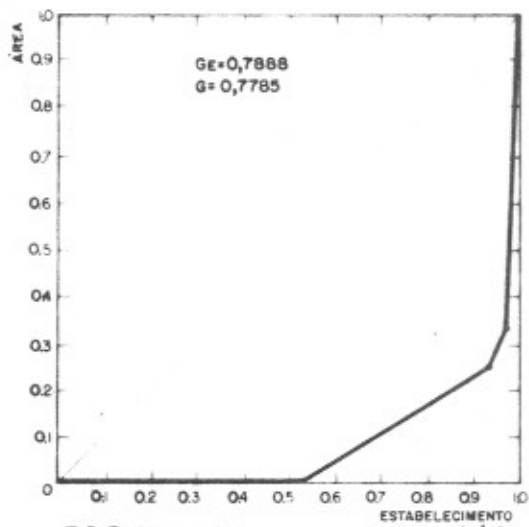


FIG. 3. Curva de Lorenz para o município de EUCLIDES DA CUNHA 1975

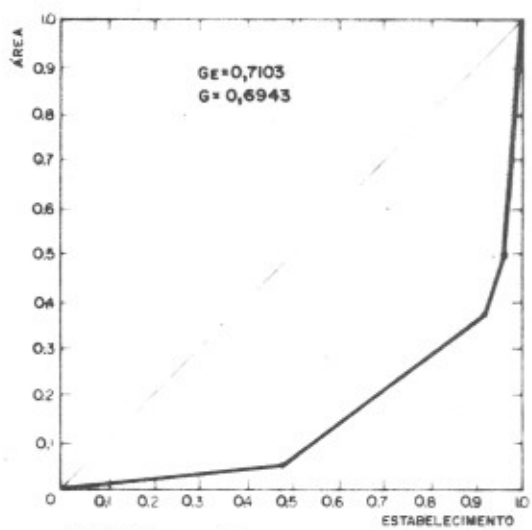


FIG. 4. Curva de Lorenz para o município de ITAPICURU 1975

DESENHO: PAULO PEREIRA

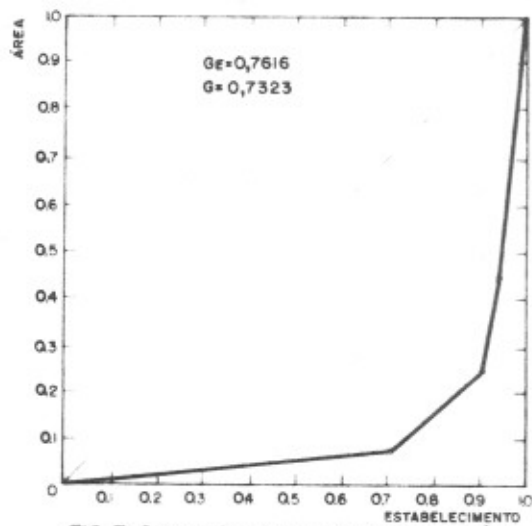


FIG. 5. Curva de Lorenz para o município de JUAZEIRO 1975

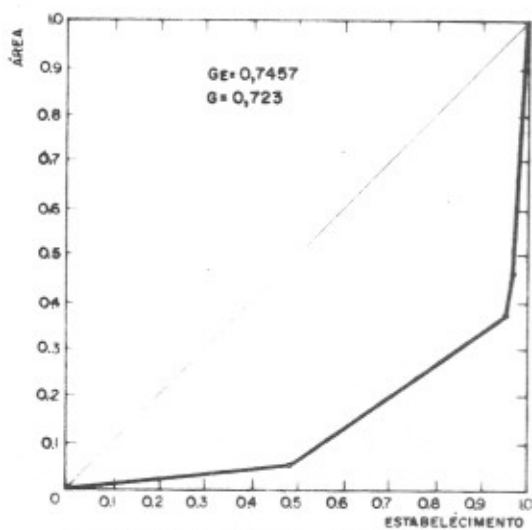


FIG. 6. Curva de Lorenz para o município de NOVA SOURE 1975

DESENHO: PAULO PEREIRA

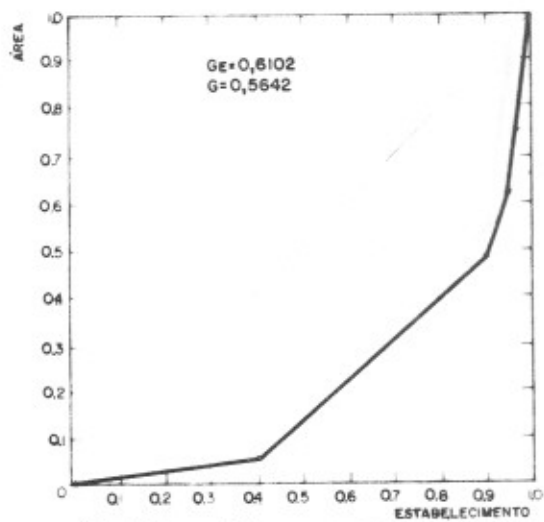


FIG. 7. Curva de Lorenz para o município de OLINDINA 1975

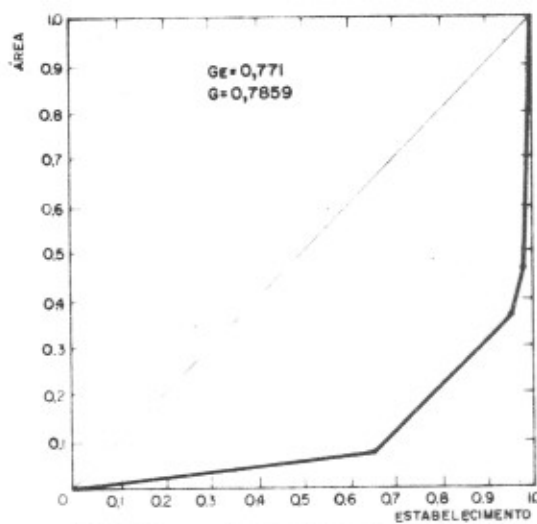


FIG. 8. Curva de Lorenz para o município de PARIPIRANGA 1975

DESENHO. PAULO PEREIRA

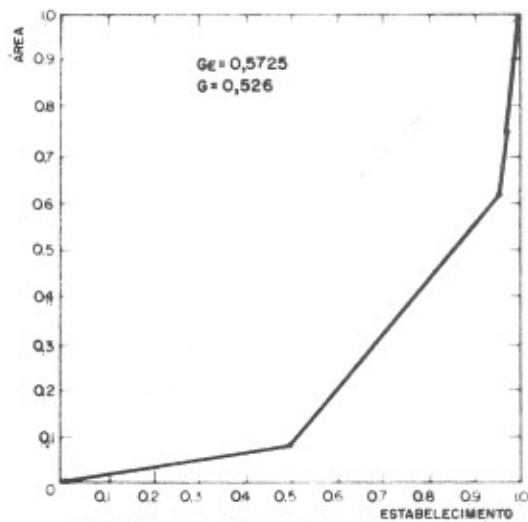


FIG.9. Curva de Lorenz para o município de RIBEIRA DO AMPARO 1975

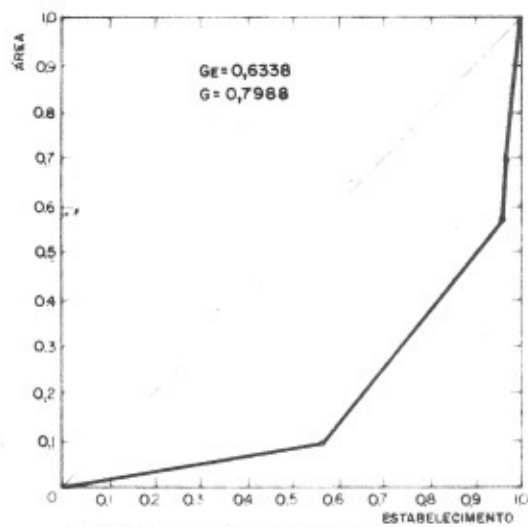


FIG.10 Curva de Lorenz para o município de RIBEIRA DO POMBAL 1975

DESENHO: PAULO PEREIRA

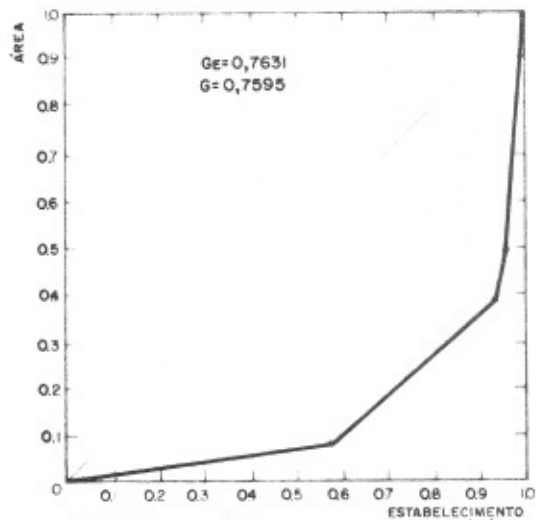


FIG.11 Curva de Lorenz para o município de TUCANO 1975

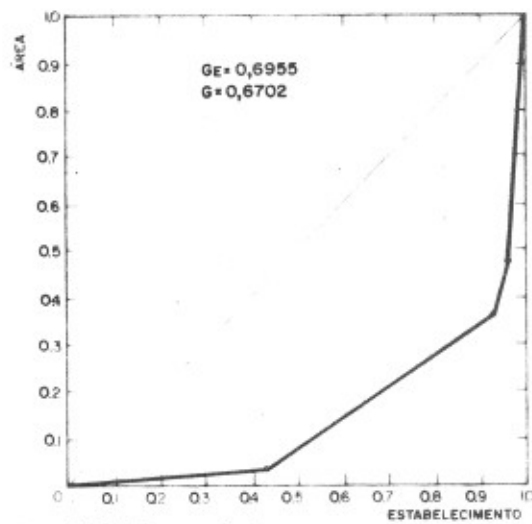


FIG.12 Curva de Lorenz para o município de UAUÁ 1975

DESENHO: PAULO PEREIRA



5 DISCUSSÃO

Os dados analisados ilustram as severas limitações a que estão submetidos os pequenos produtores rurais da região Nordeste da Bahia. O crescimento das áreas ocupadas pela pequena agricultura acompanha a grosso modo o aumento do número de estabelecimentos. Só as médias e grandes propriedades estão apresentando um crescimento de área mais do que proporcional ao aumento do número de estabelecimentos. Mesmo que, em geral, o fenômeno não ocorra em detrimento da pequena propriedade, não se pode assegurar que no futuro isso não venha a acontecer. O problema já existe hoje em vários municípios, principalmente nas áreas dos grandes projetos de irrigação, em Juazeiro. Mesmo em municípios onde a disponibilidade de terras é maior, a capacidade de ampliação de área a nível do imóvel rural fica reduzida, devido a limitações em termos de estruturas de produção principalmente meios e força de trabalho. Num município como Juazeiro, Uauá e Euclides da Cunha, apesar do índice de GINI ser elevado, uma ação discriminatória de terras, conjugada a um programa de regularização fundiária e de fortalecimento da pequena agricultura, como objetiva o PDRI, deveria viabilizar a curto prazo e sem grandes dificuldades estruturais a ampliação das áreas ocupadas pelas pequenas propriedades. Já num município como Ribeira do Pombal, onde a pouca disponibilidade de terras coincide com um elevado índice de concentração fundiária (0,7988), a principal via de desenvolvimento da pequena agricultura, excetuando-se a hipótese de uma verdadeira reforma agrária, passa obrigatoriamente por um fortalecimento das estruturas de produção e comercialização do e para o público-meta. Finalmente, um município como Ribeira do Amparo estaria situado numa situação um pouco intermediária das duas anteriores e possuindo quase que simultaneamente as duas problemáticas, mas evoluindo provavelmente no sentido de Ribeira do Pombal.

6 CONCLUSÃO

Do ponto de vista da concentração fundiária, a região Nordeste da Bahia apresentou pouca alteração nas últimas três décadas, com uma ligeira tendência de crescimento do índice de GINI, que já apresentava valores considerados altos em 1950.

A perspectiva deste trabalho não foi somente a de constatar academicamente esse fenômeno mas, sim, a de ver em que sua quantificação e análise pode colaborar nas ações programadas pela extensão rural dentro do PDRI. Nesse sentido, ele mostrou o interesse de combinar-se o índice de GINI com o cálculo da intensidade de ocupação agrícola dos municípios, na análise do problema da concentração fundiária, principalmente numa região onde a variabilidade climática condiciona um potencial diferenciado de ocupação e exploração do espaço rural pelos pequenos produtores.

Através desses dois parâmetros, foi possível evidenciar que uma política de desenvolvimento rural com base municipal e que visasse expressamente os pequenos agricultores não poderia deixar de combinar progresso técnico e reestruturação fundiária. Em certos casos, a ênfase poderá ser dada aos aspectos fundiários, sem que isso implique em importantes transformações agrárias. Em outros municípios, dada a intensa ocupação do espaço rural pela agricultura e a impossibilidade política de uma verdadeira reforma agrária, o processo de difusão de tecnologia agrícola e de extensão rural tem um fundamental papel a cumprir no aumento da produção e da produtividade dos pequenos agricultores. Esse esforço seria frustrado se não fosse acompanhado de ações que garantissem, na comercialização dos produtos, preços remuneradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. BARROS, M.S. Aspectos sociológicos da vida rural brasileira. Rio de Janeiro, SIA, 1967. 78p. (SIA. Estudos Brasileiros, 24).
02. FUNDAÇÃO IBGE, Rio de Janeiro. Censo agrícola 1960: Bahia. Rio de Janeiro, 1969. 233p. (Fundação IBGE. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional, v.2, t. 8, pt. 2).
03. FUNDAÇÃO IBGE, Rio de Janeiro. Censo agropecuário: Bahia. Rio de Janeiro, 1979. 2v. (Fundação IBGE. censos Econômicos 1975. Série Regional, v.1, t. 13, pts. 1-2).
04. FUNDAÇÃO IBGE, Rio de Janeiro. Censo agrícola 1950: Estado da Bahia. Rio de Janeiro, 1956. (IBGE. VI Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional, v.20, t.2).
05. FUNDAÇÃO IBGE, Rio de Janeiro. Censo agropecuário 1970: Bahia. Rio de Janeiro, 1970. 657p. (Fundação IBGE. VIII Recenseamento Geral. Série Regional, v.3, t.13).
06. GRUPO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS, Salvador-BA. A questão agrária na Bahia; grilagem, reforma agrária. Salvador, CEAS, 1980. 68p.
07. HOFFMANN, R. III. A concentração da posse da terra no Brasil. Encontros com Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (7): 207-21, 1979.
08. HOFFMANN, R. Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de GINI e da redundância. Pesq. Plan. Econ., Rio de Janeiro, 9(3):719-38, dez. 1979.

09. TREVIZAN, S.D.P. Estrutura fundiária e produtividade na região cacauêira da Bahia. s.l., CEPLAC, 1982. 11p.

1	1.00	100	100	100
2	2.00	200	200	200
3	3.00	300	300	300
4	4.00	400	400	400
5	5.00	500	500	500
6	6.00	600	600	600
7	7.00	700	700	700
8	8.00	800	800	800
9	9.00	900	900	900
10	10.00	1000	1000	1000

A N E X O S

ANEXO I

Total de Estabelecimentos, Área e Porcentagens nos 12 municípios e no estrato 0 - 50 ha.

	1 9 5 0						1 9 6 0					
	TOTAL		0 - 50 (ha)				TOTAL		0 - 50 (ha)			
	Est. Total	Área (ha)	Est. Total	%	Área (ha)	%	Est. Total	Área (ha)	Est. Total	%	Área (ha)	%
Cícero Dantas	2.301	51.538	2.122	92,2	31.219	60,6	4.270	71.824	4.050	94,8	47.017	65,5
Cipó	1.685	32.869	1.593	94,5	20.757	63,1	558	6.208	547	98,0	4.828	77,8
Euclides da Cunha	3.215	77.629	3.111	96,8	21.667	27,9	3.506	58.039	3.320	94,7	28.554	49,2
Itapicuru	2.802	78.284	2.619	93,5	28.714	36,7	2.772	56.231	2.614	94,3	26.467	47,0
Juazeiro	1.462	21.331	1.380	94,4	9.441	44,2	2.731	33.183	2.632	96,4	24.513	73,9
Nova Soure	911	37.619	835	91,6	9.612	25,5	2.077	37.391	1.978	95,2	18.322	49,0
Olindina	-----	-----	-----	-----	-----	-----	795	18.281	727	91,4	7.207	39,4
Paripiranga	2.503	44.681	2.371	94,7	17.737	39,7	4.590	54.499	4.427	96,4	26.204	48,0
Ribeira do Amparo	-----	-----	-----	-----	-----	-----	2.746	39.211	2.646	96,3	24.960	63,6
Ribeira do Pombal	2.099	34.905	2.007	95,6	20.185	57,8	4.433	60.716	4.230	95,4	34.474	56,8
Tucano	3.443	28.019	3.400	98,7	19.949	71,2	4.247	69.300	4.070	95,8	32.739	47,2
Uauá	1.147	15.688	1.101	88,1	6.557	41,8	1.887	13.769	1.870	99,0	12.165	88,4
TOTAL	21.568	422.563	20.539	95,2	185.838	44,0	34.612	518.652	33.111	95,7	287.450	55,4

Fonte: FIBGE: Censo Agropecuário - 1950, 1960

ANEXO 2

Total de Estabelecimentos, Área e Porcentagens nos 12 municípios e no estrato 0 - 50 ha.

	1 9 7 0						1 9 7 5					
	TOTAL		0 - 50 (ha)				TOTAL		0 - 50 (ha)			
	Est. Total	Área (ha)	Est. Total	%	Área (ha)	%	Est. Total	Área (ha)	Est. Total	%	Área (ha)	%
Cícero Dantas	4.742	63.984	4.559	96,1	37.890	59,2	5.665	59.039	5.475	96,6	36.911	62,5
Cipó	795	5.353	784	98,6	4.408	82,3	832	7.567	817	98,2	5.861	77,4
Euclides da Cunha	5.269	149.804	4.871	92,4	44.065	29,4	6.513	182.172	6.079	93,3	46.656	25,6
Itapicuru	2.371	46.791	2.247	94,8	16.131	34,5	2.469	51.745	2.287	92,6	18.767	36,3
Juazeiro	3.962	51.237	3.750	94,6	19.605	38,3	4.293	72.208	3.886	90,5	18.566	25,7
Nova Soure	2.932	37.199	2.828	96,4	22.859	61,4	3.367	71.120	3.222	95,7	26.935	37,9
Olindina	1.656	32.173	1.552	93,7	15.110	47,0	1.848	36.557	1.709	92,5	17.204	47,0
Paripiranga	5.944	84.022	5.699	95,9	33.304	39,6	6.025	91.070	5.769	95,7	33.164	36,4
Ribeira do Amparo	4.329	40.335	4.225	97,6	28.183	69,9	4.115	53.564	3.942	95,8	32.901	61,4
Ribeira do Pombal	5.846	51.827	5.709	97,6	34.136	65,9	6.343	77.126	6.112	96,3	43.820	56,8
Tucano	4.299	99.373	4.029	93,7	34.567	34,8	4.349	102.138	4.051	93,1	37.510	36,7
Uauá	1.549	37.087	1.437	92,8	29.567	79,7	2.325	40.828	2.187	94,0	15.358	37,6
TOTAL	43.694	699.185	41.690	95,4	302.219	43,2	48.144	845.134	45.536	94,6	337.053	36,3

Fonte: FIBGE: Censo Agropecuário - 1970, 1975

ANEXO 3

1 9 7 5

Porcentagens e áreas dos Estabelecimentos 0-50 ha e 0-5 ha
nos 12 municípios

MUNICÍPIOS	área (ha) 0-50	% do total do município	Km ²	ha ÷ Km ²	% da área 0-5 do total 0-50	% Est. 0-5 do total 0-50
Cícero Dantas	36.911	62,5	1.129	32,7	18	62
Cipó	5.861	77,4	168	34,9	22	57
Euclides da Cunha	46.656	25,6	5.266	8,8	17	56
Itapicuru	18.767	36,3	1.508	12,4	14	53
Juazeiro	18.566	25,7	6.939	2,7	34	77
Nova Soure	26.935	37,9	658	41,0	15	51
Olindina	17.204	47,0	478	36,0	12	45
Paripiranga	33.164	36,4	1.120	29,6	21	69
Ribeira do Amparo	32.901	61,4	958	34,3	13	51
Ribeira do Pombal	43.820	56,8	900	48,7	18	60
Tucano	37.510	36,7	2.436	15,4	13	47
Uauá	15.758	37,6	3.128	4,9	24	62
TOTAL	337.053	36,3	24.688	12,4	19	59

Fonte: FIBGE: 1975 - Censo Agropecuário